

Entrevista

Entrevista: **Leonardo Avritzer – (novos) impasses da democracia no Brasil**

Fabio Gentile

Professor na Universidade Estadual do Ceará – UECE
fabio_gentile@ymail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

Alberto Perdigão

Aluno de Doutorado na UECE
aperdigao13@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5548-7026>

Esta entrevista ocorreu no âmbito do seminário “Democracia e Populismo de Direita” (realizado de 26 a 30 de julho de 2019), ministrado pelo cientista político Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), autor de *Impasses da democracia no Brasil* (Avritzer, 2016) e do recém-publicado *O pêndulo da democracia* (Avritzer, 2019).

O evento promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), junto com o Programa de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), também contou com a participação do historiador argentino Federico Finchelstein, da New School for Social Research (NSSR), de Nova York, autor de *From fascism to populism in history* (Finchelstein, 2017).

Tendo como marcos temporais o primeiro aniversário da candidatura de Jair Bolsonaro à Presidência da República, oficializada na convenção do Partido Social Liberal (PSL), em 22 de agosto de 2018, e seu primeiro semestre como Presidente do Brasil, completado em 1º de julho de 2019, entrevistamos Leonardo Avritzer, para discutir a conjuntura política brasileira, com foco nos atuais entraves à democracia, desde as “jornadas de junho de 2013” até as eleições presidenciais de 2018, de acordo com a proposta teórica e metodológica, bem como o panorama apresentado em *Impasses da democracia no Brasil* (Avritzer, 2016).

Eis algumas questões que a entrevista busca esclarecer, considerando que uma leitura atualizada de Avritzer (2016) pode ajudar-nos a compreender a complexidade do objeto em tela:

- Quais seriam os novos impasses a limitar ou impedir a manutenção ou o avanço da democracia brasileira?
- Quais novos elementos e personagens se apresentam na política brasileira?
 - Repare-se que, há três anos e meio, Jair Bolsonaro, então deputado federal pertencente ao chamado “baixo clero” da Câmara, era citado como um político sem qualquer relevância e ocupou meia linha em Avritzer (2016).
- Quais perspectivas podem ser consideradas ou quais previsões poderiam ser feitas?

A entrevista consistiu em seis perguntas, que versam sobre: a) os efeitos da judicialização da política na democracia; b) o perfil político do Presidente Jair Bolsonaro; c) as possíveis relações entre o sistema de comunicação e os rumos tomados pela política desde a destituição da Presidente Dilma Rousseff; d) a internet e as redes sociais como ferramentas da democracia; e) o movimento pendular da política; e f) um possível novo papel que garanta a longevidade da esquerda e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Espera-se colocar em pauta novas análises do cientista político e, suscitar, assim, o interesse em reflexões inovadoras que ajudem a identificar novos objetos de estudo pertinentes e oportunos para compreender o atual momento da política e da democracia no Brasil.

A entrevista

Os autores elaboraram 6 perguntas. Cada entrevistador fez 2 perguntas, alternadamente. O registro em áudio foi transcrito e é apresentado na íntegra abaixo.

Alberto Perdigão – A judicialização da política e, nesse sentido, o “super empoderamento” do Poder Judiciário, em detrimento do equilíbrio republicano dos poderes, já estava previsto em *Impasses da democracia no Brasil* como um risco. Qual é a

avaliação que o senhor faz hoje e como o senhor observa a trajetória do hoje Ministro da Justiça e eventual candidato a ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sérgio Moro?

Leonardo Avritzer – A primeira coisa que temos a dizer é que, apesar da judicialização ser um fenômeno internacional, o que ocorreu no Brasil, nos últimos anos, o aumento das prerrogativas do Poder Judiciário, especialmente o fato de um juiz de primeira instância assumir um papel preponderante no Poder Judiciário no país, parece não ter precedente em nenhum lugar. A judicialização, na verdade, pelo menos se a gente seguir a definição clássica de C. Neal Tate e Torbjörn Vallinder, no livro *A expansão global do Poder Judiciário* [Tate e Vallinder (1995)], tem duas grandes características. Uma de que as questões políticas acabam tendo o formato de questões legais e, em segundo lugar, que os juízes assumem certa preponderância nesse processo. Se a gente pensar o caso brasileiro, de fortalecimento de um juiz de primeira instância junto com um aumento muito grande das prerrogativas do STF – mas de forma bastante desorganizada e caótica –, a gente vai ver que ele tem algumas características que o Tate e o Vallinder [1995] achavam, e outras que não.

A gente vê fortes elementos de uma cultura não legal que existe no Brasil, de uma cultura privada, de uma cultura de autoridade, de fortes traços de familismo. Tudo isso está ligado ao fortalecimento do Poder Judiciário. Como se deram as relações que fizeram com que 3 juízes do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) julgassem de forma coordenada e em tempo recorde o recurso do ex-Presidente Lula? As relações não passam por uma visão de legalidade, mas passam por relações familiares, relações de compadrio, comunicações que a lei não permite, combinações de processos – e tudo isso também é parte.

Quando a gente chega ao STF, aí eu sigo o Conrad Hübner Mendes – professor da Universidade de São Paulo (USP) que tem trabalhos muito interessantes nessa direção –, a gente tem diversos processos simultâneos. A gente tem uma “supremocracia”, que é o STF – como afirmou recentemente um jornalista paulista. Ele vai se tornando autônomo, cada vez mais autônomo, tão autônomo que ele vira autônomo em relação à lei e à Constituição [Federal]. Passa a ser um poder acima da lei e da Constituição. E, nesse processo, existe a famosa afirmação da Presidente do STF, que é: “a Constituição de 1988 será o que o STF quiser que ela seja”. Então, já não estamos em um campo de uma corte constitucional que revê a letra da Constituição. Já não estamos mais nesse campo, aí começa a haver todos os tipos de abuso.

O Ministro Luiz Fux pediu, ordenou que a Lei de Abuso da Autoridade voltasse do Senado Federal para a Câmara dos Deputados, porque não foi bem discutida. A Constituição não dá a um ministro do STF essa prerrogativa. O próprio processo que implicou a saída do então Presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, a tentativa de retirada

do então Presidente do Senado Renan Calheiros, a proibição de que o ex-Presidente Lula assumisse a Casa Civil, a revisão do indulto natalino, nada disso tem previsão constitucional. Indicação de ministro é prerrogativa exclusiva do presidente, indulto natalino é prerrogativa exclusiva do presidente.

Então, nós chegamos a esse ponto – como diz o Conrado Hübner Mendes, a “supremocracia” virou “ministrocracia”. Alguns ministros abusam da ideia de liminares, que é pouco típica do Direito Constitucional, depois nós temos outros ministros abusando de prerrogativas em relação a outros ministros, como quando o ministro Edson Fachin joga para o Plenário do STF coisas que ele acha que ele vai perder na Segunda Turma do STF; até que, por final, a gente tem, com o Luiz Fux, ele revisando, porque ele é Vice-Presidente do Tribunal, uma liminar do Ricardo Lewandowski, que também não tinha nenhuma previsão legal. Passamos a um campo em que o STF é formado por onze ilhas de pessoas que atuam em diferentes direções, isso, na verdade, tem pouco a ver com judicialização. Isso tem a ver com politização e degradação institucional do Poder Judiciário nesse processo.

Fabio Gentile – Durante a última campanha eleitoral para presidente, teve um debate sobre a natureza autoritária ou fascista ou populista do então candidato a Presidente Jair Bolsonaro. Há uma exigência de classificá-lo. O que você acha sobre isso? Como você classificaria Bolsonaro?

Leonardo Avritzer – A discussão sobre o fascismo é uma discussão complexa, no sentido de que o fascismo tem traços que a gente até vê reproduzidos na conjuntura brasileira, certo apelo à violência, um ataque mais claro a instituições. Mas, na verdade, o fascismo tende a impedir o funcionamento de outras instâncias do sistema de divisão de poderes que ele, na verdade, não reconhece como legítimo.

Eu acho que o Jair Bolsonaro é uma pessoa de extrema direita, que incentiva a violência de diferentes maneiras – violência de que ele próprio acabou vítima. Ele é uma pessoa que degrada as instituições, mas eu acho difícil a gente tentar classificá-lo como fascista, porque ele tem algumas características do fascismo, que são importantes, e que a gente não vê. O nacionalismo, certa rejeição da ordem política global, certa rejeição do liberalismo econômico são traços que a gente não vê no Brasil, neste momento.

Alberto Perdigão – Que relação pode ser feita entre o sistema de comunicação do Brasil, predominantemente privado, altamente concentrado e relativamente descontrolado pelo Estado, e os desdobramentos recentes da política no Brasil – refiro-me à construção de uma classe média de direita politicamente combativa, de uma opinião pública favorável ao Golpe de 2016 e da candidatura e eleição de Jair Bolsonaro?

Leonardo Avritzer – O Brasil tem um sistema de mídia que realmente não obedece quase nenhum dos elementos nem da tradição liberal nem da tradição democrática. Ele não obedece à tradição liberal, porque mesmo em um país como os Estados Unidos da América (EUA) você vai achar a ideia da regulação da mídia. Ela está presente nos EUA, está presente na Inglaterra. Enquanto outros elementos de uma mídia que se submeta ao próprio ordenamento jurídico estão presentes em diversos países democráticos, o Brasil não tem nada disso. Vale a pena dizer que, durante a elaboração da Constituição de 1988, a única subcomissão que não chegou a um relatório foi a subcomissão de comunicação.

Se a gente pensar nos capítulos sobre mídia na Constituição de 1988, quase nenhum deles foi regulamentado 32 anos depois. A doutrina do sistema de comunicação seria mista; a doutrina de que não haveria monopólio de comunicação no Brasil; o direito de resposta, que existia de forma muito primária, como na lei da própria Ditadura Militar, acabou caindo no começo dessa conjuntura e só foi restabelecida, depois do *impeachment* da Dilma, como uma proposta do Senador Roberto Requião... Então, a gente vê que tem uma mídia muito pouco democrática.

Ao mesmo tempo, essa mídia foi se autonomizando em relação ao sistema político. Certamente, ela é importante nesse período. Se a gente pensar que, agora, nós discutimos fortemente esse levantamento de sigilo e divulgação das gravações relativas ao ex-Presidente Lula pelo juiz Sérgio Moro, elas foram direto para o sistema de comunicação, especialmente para a Rede Globo. Na verdade, a Rede Globo esteve o tempo todo com a Operação Lava Jato e parece continuar, mesmo depois desses vazamentos. Evidentemente que a gente tem uma tensão no Brasil entre uma coisa que é a soberania eleitoral democrática e a opinião pública, ou publicada, que é um pouco diferente da opinião pública.

O que a gente viu, durante o processo do *impeachment* de 2016, foi a opinião pública, especialmente os grandes órgãos de comunicação, mobilizando certa classe média contra o resultado eleitoral e fazendo-o sem nenhum dos limites que, a princípio, o sistema democrático, o sistema de regulação midiática coloca. Evidentemente que isso fortaleceu, mas também enfraqueceu órgãos de imprensa. A revista *Veja*, por exemplo, que teve um papel central nesse período, acabou pedindo concordata. Perdeu seus leitores, perdeu credibilidade, hoje, na verdade, a família que a controlava perdeu o controle dela. Mas nós ainda temos grupos midiáticos e familiares detendo forte controle de concessões públicas, que são, na verdade, privadas e familiares, e isso influencia o sistema político.

Fabio Gentile – Alguns anos atrás, quando surgiram as primeiras ferramentas de comunicação virtual, havia um consenso de que essas ferramentas iriam democratizar a comunicação, criar mais espaço de comunicação também. Pelo contrário, nos últimos anos, observamos um fenômeno muito diferente do que a gente pensava. Estamos vendo que

eles se tornaram lugares de *fake news*, do falso. O que você acha sobre isso? Que impacto isso teve no crescimento da direita no Brasil?

Leonardo Avritzer – Grande parte da análise do surgimento das redes sociais está ligada a uma análise da Escola de Frankfurt sobre comunicação, que pensava que o problema central da não democratização dos meios de comunicação era a questão de que a maior parte das pessoas era unicamente de receptores de notícias e passível de certa manipulação, de monopólio da emissão de mensagens. Essa era a análise frankfurtiana, tanto da primeira geração da Escola de Frankfurt quanto da de Jürgen Habermas, na *Mudança estrutural da esfera pública* [Habermas (2003)].

Quando a internet e as redes sociais chegam, a gente percebe que o problema da não emissão de mensagens ou do monopólio da emissão de mensagens acaba sendo resolvido por essa mudança tecnológica. Mas, diferentemente do que a Escola de Frankfurt a princípio supôs, que isso levaria a uma enorme democratização, o que a gente vê é que, na verdade, a gente tem subgrupos, setores privados que dominam boa parte da emissão de mensagens nas redes sociais e, por fim, o fenômeno das *fake news*. Há o problema das mensagens concernente à manipulação por um emissor, mas pode ser uma manipulação por *n* emissores.

David Runciman, no livro *Como a democracia chega ao fim* [Runciman (2018)], que foi agora traduzido ao português, tem um bom capítulo em que ele vai dizer o seguinte: nós, a princípio, achamos que poder emitir mensagens, que a comunicação entre nós, vai democratizar a ordem social. Mas a gente não percebe um conjunto de outras dimensões, também fortemente antidemocráticas, que estão ligadas ao surgimento das redes sociais, como, por exemplo, a apropriação privada de um conjunto de informações sobre o indivíduo, o fato de que ainda uma parte grande dos indivíduos, na era das redes sociais, são simples receptores de mensagens; e outros, pelos níveis educacionais, e esse é o nosso problema, recebem notícias falsas e não sabem que estão recebendo notícias falsas.

Em uma pesquisa que nós aplicamos, ano passado, no Instituto da Democracia, na UFMG, em torno de 60% das pessoas que responderam, perguntadas se elas já receberam alguma notícia falsa, se elas acham que receberam, disseram que não. Isso foi no começo do processo eleitoral de [2018]. O problema de como democratizar a comunicação é muito mais complexo do que a Escola de Frankfurt supôs. Não é só um problema da emissão de mensagens. Está ligado à capacidade de você intervir nas mensagens, à regulação da própria internet, à regulação e à punição legal pela emissão de notícias falsas. Todas essas questões são questões não resolvidas que tornam as redes sociais uma continuação de elementos não democráticos das formas tecnológicas de comunicação.

Alberto Perdigão – A história mostra que a democracia não foi capaz de conter a chegada do fascismo, nos territórios onde ele se instalou, nem foi capaz de vencê-lo. Esses episódios teriam sido superados por candidaturas e governos de direita e não democráticos. É possível que isso venha a se repetir no Brasil nas próximas eleições? Romeu Zema, Governador de Minas Gerais, João Doria, Governador de São Paulo, Ciro Gomes, estariam bem cotados? Haveria aí um pêndulo a trazer a política de volta da extrema direita para uma direita mais moderada, mais centrada, menos esquizofrênica?

Leonardo Avritzer – Ainda é muito cedo para dizer até onde o Bolsonaro vai e o que vai acontecer. O Bolsonaro é acidente na conjuntura, mas ele é também consequência. Certamente, as pessoas que pensaram em um ritmo ou as pessoas que pensaram na prisão do ex-Presidente Lula não estavam pensando na chegada do Jair Bolsonaro à Presidência. Mas ele é consequência tanto do *impeachment* de 2016 quanto da prisão do ex-Presidente Lula e da maneira como a conjuntura foi se desenvolvendo. A conjuntura se desenvolveu de maneira tal que acabou caindo nas mãos de uma pessoa de extrema direita. Sem essa degradação institucional que nós vivemos de 2016 em diante, não teria havido a eleição do Jair Bolsonaro.

As forças de centro, no Brasil, ainda estão à procura de uma proposta mais longa. Será que essa proposta existirá ou não? Vimos o surgimento de um conjunto de novos atores de direita, mas é muito difícil, ainda, analisar a viabilidade deles. Primeiro problema, a direita tem dificuldade em produzir governabilidade. Bolsonaro, na verdade, ele é um instrumento da não governabilidade ou da ingovernabilidade. Ele cria problemas para a governabilidade quase todos os dias. Ele e seus aliados.

Outras pessoas que estão em campos próximos, ainda não é possível ver com clareza qual é o potencial delas. O Zema, de Minas Gerais, ele não faz nenhum esquema com Bolsonaro, mas é tão incapaz de governar como ele. Não conseguiu indicar secretários de Estado, presidentes de empresas do Estado, quase havia 100 dias da administração dele, uma administração cheia de cargos que ele extinguiu e que não conseguiu recompor. Não parece estar no campo de nenhuma capacidade governativa. O Governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel e o Doria são diferentes. O Witzel, pela maneira como ele incentiva mais abertamente a violência, pode vir a ser um continuador se, de fato, nós tivermos uma conjuntura de continuidade da extrema direita. Enquanto que o Doria parece aquela pessoa que está entre o presidente e certas forças de centro.

A princípio, eu diria que o grande fenômeno de 2018 foi a desintegração do centro e que ainda não se seguiu nenhum tipo de recomposição do centro. Talvez a gente tenha algumas indicações mínimas de uma recomposição do centro no Congresso Nacional, mas, mesmo assim, essas forças de direita atacam esse centro, que, a princípio, surgiu no Congresso Nacional com [o atual presidente da Câmara] Rodrigo Maia e alguns políticos

mais próximos a ele. Não está clara a continuidade da direita e não está clara a recomposição do centro neste momento.

O pêndulo deixou de caminhar para a direita? Também não está claro. Se houve grandes fenômenos como as Jornadas de Junho de 2013 ou o *impeachment*, que levaram o pêndulo em uma direção, nós ainda não tivemos esses fenômenos. Seriam um colapso completo do governo Bolsonaro, uma demonstração muito mais clara da relação dele com milícias ou com o próprio assassinato da Marielle Franco. Seriam questões como essas que, provavelmente, tirariam uma parte central do apoio da opinião pública a esses setores. Ou uma demonstração muito mais clara, por exemplo, de manipulação judicial pela Operação Lava Jato, ou conexões internacionais dela com a extrema direita internacional. Nada desses fenômenos que seriam contundentes e que poderiam agregar a população, como ela foi agregada em 2015, ocorreu ainda.

Fabio Gentile – Nessa incerteza que estamos vivendo, qual seria a sua agenda para repensar a esquerda e o PT?

Leonardo Avritzer – São duas questões diferentes. A esquerda brasileira foi derrotada. Não tem como não entender esse período de 2016 até a eleição de Bolsonaro como um período em que a esquerda sofreu diversas derrotas. Passou o *impeachment*; a ocupação do Poder Executivo por um grupo de centro-direita, em primeiro lugar, e um grupo de extrema direita, em segundo lugar; a maneira como o Poder Judiciário se posicionou contra o PT e o governo do PT são derrotas muito relevantes que a esquerda sofreu e de que ainda não se recuperou.

A recuperação da esquerda não se dará, na minha opinião, no mesmo padrão como se deu a construção da esquerda no Brasil, a partir dos anos 1990, capitaneada pelo PT. Provavelmente, o PT vai continuar existindo. Vai continuar sendo uma liderança fundamental do campo de esquerda, mas, provavelmente, em conjunto com outras lideranças - no modelo, na minha opinião, mais parecido com o uruguaio da Frente Ampla -, e com diversos atores.

Por que eu digo isso? Por dois motivos: evidentemente que a hegemonia quase completa do PT sobre a esquerda foi ruim para a esquerda brasileira, porque, no momento em que ele acabou derrotado, a esquerda também sofreu a derrota. E custou a entender isso, que a derrota do PT seria uma derrota da esquerda, mas foi uma derrota dos dois. Mas também por entender que novos elementos de uma esquerda mais democrática, menos centrada em uma só liderança, com elementos mais fortes de conexão com os movimentos sociais - que existiram em um período do governo Lula, mas não existiram no segundo período do governo Dilma Rousseff.

Tudo isso, na verdade, precisa ser repensado e precisam surgir novos atores, novas organizações, novas formas de liderança. Isso pode estar surgindo agora, mas de forma muito embrionária. A recuperação da esquerda, do PT e um possível sucesso da esquerda em retornar à Presidência ainda é um caminho incerto.

Referências bibliográficas

Avritzer, L. (2016). *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo, SP: Todavia.

Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Berkeley, CA: University of California Press.

Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.

Runciman, D. (2018). *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo, SP: Todavia.

Tate, C. Neal, & Vallinder, T. (1995). *The global expansion of Judicial Power*. New York, NY: NYU Press.

Para citar este artigo

Norma A – ABNT

GENTILE, F.; PERDIGÃO, A. Entrevista: Leonardo Avritzer – (novos) impasses da democracia no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 25, p. 229-237, 2020.

Norma B – APA

Gentile, F., & Perdigão, A. (2020). Entrevista: Leonardo Avritzer – (novos) impasses da democracia no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(25), 229-237.

Norma C – Vancouver

Gentile F., Perdigão A. Entrevista: Leonardo Avritzer – (novos) impasses da democracia no Brasil. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2020 [cited Ago 03, 2020];10(25):229-237. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/3500>